



MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

30/11/04

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO

30 de Novembro de 2004 - Nº 395/IX (3a) - AC

Assunto: **Entrada de material radioactivo no terminal do Barreiro**

Apresentado por: **Deputada Heloísa Apolónia (PEV)**

A Siderurgia Nacional - Empresa de Produtos Longos S.A. - importa, de diversos países, sucata de ferro para reciclar na unidade industrial do Seixal.

Por diversas vezes, nestes últimos dois anos, foram detectados teores de radioactividade elevados nessa sucata, facto que levou à intervenção do Instituto Tecnológico Nuclear.

Esse material chega a Portugal por via marítima e a descarga dos navios graneleiros, nos quais é transportado, é feita no cais da Atlanport, no terminal da Quimiparque no Barreiro. Daí a sucata segue em camiões para a Siderurgia no Seixal. **Só aí é feito o controlo dos seus níveis de radioactividade**, dos quais posteriormente o terminal do Barreiro teve conhecimento.

Das diversas vezes em que esses teores de radioactividade foram detectados, não estavam registados em nenhum dos documentos apresentados aquando da descarga da mercadoria no porto, e não foi tomada qualquer medida especial de segurança para lidar com este tipo de carga perigosa. **Depreende-se, assim, que se trata de uma entrada ilegal e fraudulenta de material radioactivo em Portugal, por via marítima.**

A última descarga desta natureza, que foi detectada na Siderurgia, teve lugar nos dias 7 e 8 de Outubro de 2004 por via do navio "Alexander Gabriel" originário de Dakar. E a situação descrita é **a prova clara da incapacidade de nos nossos portos se combater a entrada ilegal de mercadorias perigosas e radioactivas, o que levanta um sério problema de segurança nacional.**

A esta questão da segurança, acresce o perigo que daqui decorre para a saúde dos trabalhadores portuários e de todos aqueles que manuseiam e estão em contacto com estas cargas. Para além disso, coloca-se ainda um risco mais genérico para a saúde pública decorrente do transporte da sucata, do Barreiro para o Seixal, em camiões que posteriormente transportam outras cargas, entre as quais produtos agrícolas.

“Os Verdes” tiveram oportunidade, no dia 28 de Outubro, de colocar esta questão ao Sr Ministro do Ambiente, em sede parlamentar, o qual respondeu que não era matéria da sua competência.

É face ao que foi exposto que, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requero ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, a seguinte informação:

1. Ao abrigo das “Normas especiais sobre o acesso, a entrada, a permanência e a saída de navios do Porto de Lisboa” estas situações deveriam ser comunicadas ao Ministério que tutela o ambiente. Depois de “Os Verdes” denunciarem a situação foi, por parte desse Ministério, pedida alguma informação sobre a matéria?
2. Na sequência destas situações que ocorrem no cais da Atlanport, no Barreiro, que conhecimento tem esse Ministério sobre as medidas tomadas pela Administração do Porto de Lisboa para:
 - a. Impedir a descarga de mercadorias que não estejam em conformidade com a documentação apresentada?
 - b. Penalizar o transporte fraudulento e ilegal?
 - c. Avaliar dos efeitos das cargas na saúde dos trabalhadores portuários?
3. Este caso concreto levanta-nos necessariamente questões de segurança ambiental, da segurança relativa a todos os portos em Portugal e também à saúde dos trabalhadores que manuseiam este material. Impõe-se, por isso, conhecer que medidas existem actualmente, ou que medidas se prevêem tomar, para criar condições seguras e fiáveis para detectar a entrada, por via marítima, de materiais radioactivos, ou bélicos ou outros perigosos **não declarados**, antes mesmo de se efectuar a descarga dos navios?

A Deputada

